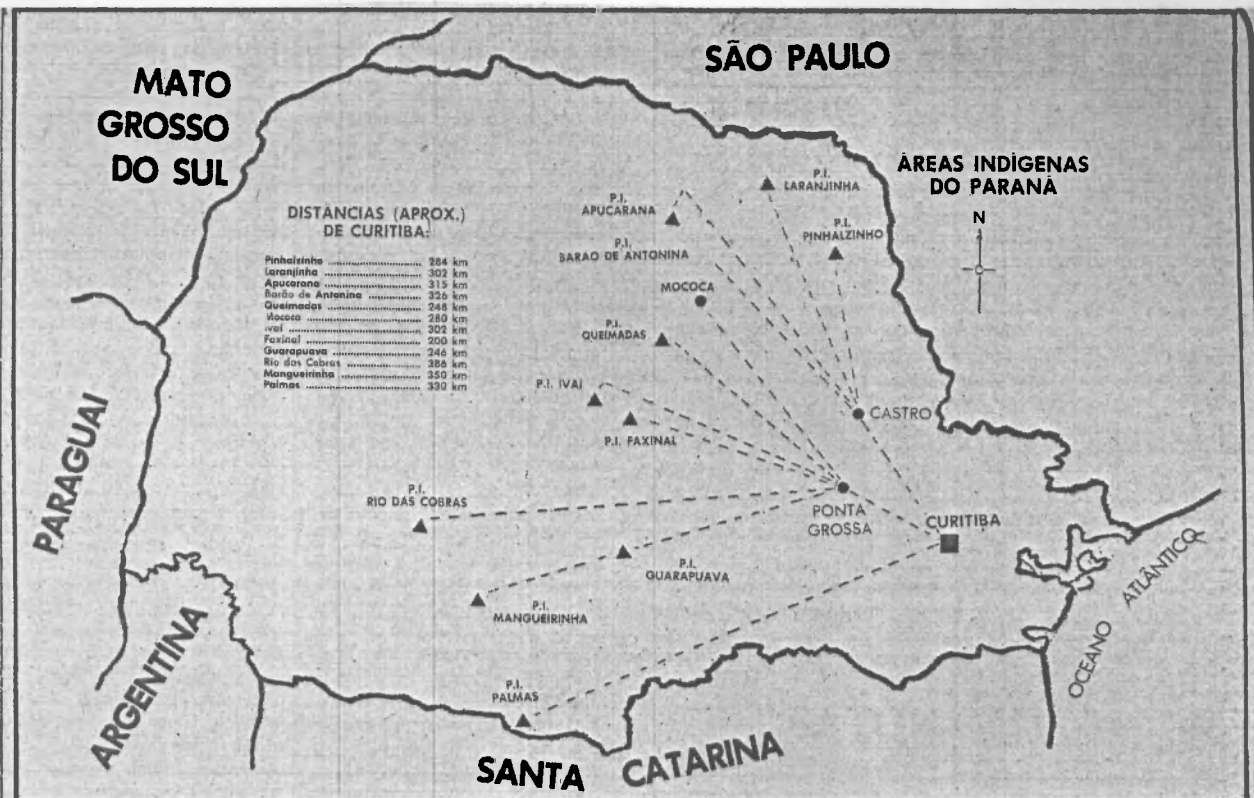




Em 11 reservas, um aldeamento e uma comunidade vivem os 4.500 índios do Paraná.

Pobres e aculturados, os índios do Paraná definham

MALU MARANHÃO

COM seus valores culturais perdidos, trabalhando muitas vezes como bôia-fria para os brancos, os 4.500 índios existentes no Paraná, pertencentes aos grupos Kaingang e Guarani, em relação ao resto do País são os que enfrentam uma das piores situações. Desde a década de 40, quando ocorreu a colonização do Norte do Estado e um verdadeiro massacre dos índios, eles vêm sendo dizimados e, através de uma aculturação forçada, perdendo seus valores.

Para eles talvez resolva muito o reconhecimento jurídico de uma nação indígena no Brasil, tese defendida pelo Cimi, Comissão de Justiça e Paz e União das Nações Indígenas, como a única saída para os índios, pois assim fariam seus próprios estatutos deixando de ser tutelados da Funai. O problema dos índios do Paraná é que existem tão poucos e já misturados com o branco que seria difícil enquadrá-los no conceito de Nação. Divididos em 11 reservas demarcadas, um aldeamento e uma comunidade não reconhecida, os índios vivem em péssimas condições e a única certeza de que não desaparecerão é o alto índice de natalidade entre os Guarani, o que também é um fato inédito.

VALORES PERDIDOS

Pressionados pelos brancos, e integrados como uma das mãos-de-obra mais exploradas, os índios do Paraná, diz Wagner D'Angelis, da Comissão de Justiça e Paz, estão perdendo seus valores básicos como o sentido coletivo da terra. Hoje, muitas famílias têm títulos de terra individuais e isso acaba resultando num desentendimento dentro da reserva.

Os ritos e as festas foram esquecidos e nossos índios vão aos poucos perdendo a



Alguns sobrevivem do artesanato, vendido à beira de estradas.

pertencem aos grupos Kaingang e Guarani. O grupo Xetá, que se localizava no Norte, com a colonização foi exterminado e hoje existem apenas três índios. Os Kaingang e Guarani estão divididos em 11 postos indígenas, um aldeamento e uma comunidade não reconhecida (Barra do Ocoi). As áreas são: Laranjinha, município de Santa Amélia, onde vivem 84 guaranis e dois kaingang numa área de 170 hectares. Sua terra está devastada e demarcada e os índios trabalham como bôias-frias e vendem algum artesanato.

No posto indígena de Apucarana (distrito de Tamarana), vivem 360 kaingang

existe atendimento médico e há muito tempo deixaram de vir os remédios. Os índios vendem artesanato e trabalham como bôias-frias. Um dos postos que mais problemas apresenta é o de Pinhalzinho, município de Tomasina, ocupando uma área de 689 hectares, e nela vivem três índios da tribo Guarani. Havia mais, porém a Funai passou a transferi-los para Santa Amélia, Laranjinha e Araribá, em São Paulo. Os três índios ainda permanecem, mas se a Funai conseguir transferi-los também, segundo o Estatuto do Índio, a União toma posse definitivamente das terras e por isso, quando os índios saem, seus per-

como o sentido coletivo da terra. Hoje, muitas famílias têm títulos de terra individuais e isso acaba resultando num desentendimento dentro da reserva.

Os ritos e as festas foram esquecidos e nossos índios vão aos poucos perdendo a identidade. Para isso contribui também a pequena extensão de terras das reservas, o que obriga os índios a deixar de lado algumas práticas fundamentais na sua vida. A maneira de plantar, por exemplo. Os Guarani e Kaingang costumam plantar por faixas contínuas e, assim, quando colhem da última faixa, voltam à primeira num processo usado para descansar a terra. E quando ela é pouca, fica muito difícil manter essa prática. A distribuição da área plantada, das habitações e do cemitério numa comunidade também é muito importante, já que o cemitério deve estar a mais de um quilômetro das casas e das plantações. Essa foi a principal razão que levou os Avá-guarani, de Barra do Ocoi a recusar as ofertas anteriores para reassentamento feitas pela Itaipu, aceitando agora a de 200 hectares.

AS RESERVAS

Atualmente, no Sul do Brasil existem 12 mil índios; 4.500 deles vivem no Paraná e

guaranis e dois kaingang numa área de 170 hectares. Sua terra está devastada e demarcada e os índios trabalham como bóias-frias e vendem algum artesanato.

No posto indígena de Apucarana (distrito de Tamarana), vivem 360 kaingang numa área de 6.300 hectares. Trabalham como bóias-frias para os fazendeiros da região. Em fins de 78 foi iniciado um projeto de lavouras comunitárias onde os índios trabalhavam em regime de cinco dias por semana recebendo no final da mesma Cr\$ 200,00 em mantimentos e Cr\$ 50,00 em dinheiro. A terra, como em Laranjinha, está demarcada e devastada. Em Queimadas, município de Ortigueira, numa área de 3.871 hectares, vivem 87 kaingang que estão há muito tempo sem receber medicamentos. Vendem artesanato e a verba destinada à lavoura coletiva está sendo aplicada em lavouras individuais.

No posto de Faxinal, município de Cândido de Abreu, com uma população de 192 índios kaingang, distribuídos em 2.098 hectares, está sendo desenvolvido o mesmo projeto de lavouras comunitárias como o de Apucarana. Para os 500 índios kaingang que vivem no Posto Ivai (7.200 hectares), a situação é mais grave pois não

Ameia, Laranjinha e Arariós, em São Paulo. Os três índios ainda permanecem, mas se a Funai conseguir transferi-los também, segundo o Estatuto do Índio, a União toma posse definitivamente das terras e por isso, quando os índios saem, seus pertences são em seguida queimados, para que não possam voltar. Esta atitude da Funai foi denunciada pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e Associação Nacional de Apoio ao Índio (Anai).

CONFLITOS

Situação também difícil vivem os 300 índios kaingang no Posto de Barão de Antonina, em São Jerônimo da Serra, numa área que está subdividida: 1.331 hectares junto à sede do município e 3.509 junto à sede do posto. Essas terras tradicionalmente pertencem aos índios, pois no século passado os missionários lá estabeleceram o Aldeamento de São Jerônimo. Mas em 1920 o governo do Paraná criou o município de São Jerônimo da Serra, bem em cima das terras dos índios. Mais tarde a Funai dividiu as terras dando uma parte para os índios, mas muitos posseiros continuaram lá. Segundo um levantamento feito pelo Cimi-Anai, a maior parte das famílias dos invasores ocupam apenas 25 hectares cada uma. Muitas delas, porém, são arrendatárias de grandes grileiros. No início de 79 a Funai chegou a pedir um destacamento de polícia para evitar conflitos entre posseiros e índios, mas só a partir de novembro é que eles começaram a desocupar a região. Mas São Jerônimo é hoje uma das áreas mais devastadas.

O aldeamento Mococa, no distrito de Natingui, área de 899 hectares, está ocupada por uma população de 103 índios kaingang e atendida como subposto de Queimadas. Mas a Funai pretende, com a desativação de Pinhalzinho, abrir um posto no aldeamento. Já o posto indígena de Guarapuava com uma população de 350 índios kaingang numa área de 17.020 hectares está com uma terra imprestável. Ela foi remarcada em 1949 e, mais recentemente, foram queimados cerca de 4.000 hectares, sob a alegação que a área se destinava à lavoura. Os índios, para sobreviver, vendem artesanato e trabalham como empregados do chefe do posto. O Posto de Rio das Cobras, Laranjeiras do Sul, com 1.250 índios kaingang e guarani, numa área de 16.800 hectares, está sob interdição militar desde a expulsão de posseiros pelos índios em fevereiro de 1978.

Também sob interdição está o Posto de Mangueirinha, com uma área de 8.804 hectares, onde vivem índios kaingang e guaranis. Está correndo um processo sobre a posse das terras e, até lá, os índios estão em outra localidade. Finalmente, o posto indígena de Palmas, com uma população de 305 índios kaingang, numa área de 2.944 hectares, teve suas terras remarcadas e devastadas pela própria Funai que, até 1979 manteve no posto uma serraria para a exploração da madeira. Os kaingang vivem do artesanato e roças individuais. Além disso, recentemente, a 4ª Delegacia Regional da Funai fez um contrato com uma madeireira de Santa Catarina permitindo a extração da madeira, fato que foi denunciado pelo Cimi. Quanto a área indígena não reconhecida da Barra do Ocoi, onde vivem 15 famílias de Avá-guarani, será, inundada pelo lago de Itaipu. Os índios entraram num acordo com Itaipu e Incra que cederão 200 hectares no município de São Miguel do Iguaçu para o reassentamento.



Entre os guaranis, é alto o índice de natalidade.